



EDITAL N° 019/2020

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR UNIVERSITÁRIO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

A Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, através da Pró-Reitoria de Administração e Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, no uso de suas atribuições e cumprindo o disposto nas Leis n° 7564, de 9 de setembro de 2010, e n° 7731, de 7 de março de 2012, do Município de Blumenau, nas Resoluções CEPE/FURB n° 64, de 7 de novembro de 2014, e n° 34, de 27 de maio de 2020, torna público que estarão abertas as inscrições ao Processo Seletivo Público e Simplificado para Contratação de Professor Universitário, em Caráter Temporário, na **Área Temática: Direito da Infância, Juventude e Idoso**, do **Departamento de Direito**, do **Centro de Ciências Jurídicas**, na forma e condições estabelecidas neste Edital.

1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 O processo seletivo tem por objetivo selecionar candidatos para o eventual exercício da função de ensino, em caráter temporário, por meio de prova de títulos e prova didática e realizadas perante Banca Examinadora, constante no Anexo I, de forma presencial ou virtual (videoconferência), conforme definido no item 5.1.

1.2 Os candidatos classificados e convocados trabalharão na modalidade de contratação em caráter temporário e por prazo determinado, sendo regidos pela Lei Municipal n° 7564, de 9 de setembro de 2010 e o regime da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLT.

1.3 As publicações relativas ao presente processo seletivo serão realizadas na Internet, no sítio www.furb.br, no *link* correlato, em: Institucional – Concursos Públicos – Professor temporário – Consultar editais – publicados a partir de julho de 2020 – PSPS Professores Substitutos - Edital 019/2020.

2. DOS REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO E DOCUMENTOS NECESSÁRIOS AO ATO DE INSCRIÇÃO

2.1. São requisitos básicos para a contratação:

- a) nacionalidade brasileira ou equiparada;
- b) visto permanente no caso de candidato estrangeiro;
- c) gozo dos direitos políticos;
- d) quitação com as obrigações militares e eleitorais;
- e) o nível de escolaridade exigido para o exercício do cargo;
- f) idade mínima de dezoito anos;
- g) aptidão física e mental.

2.2 Documentos necessários para a comprovação das condições para inscrição:

- a) Requerimento de inscrição, conforme Anexo II deste Edital, onde o candidato declara conhecer o regulamento do Processo Seletivo e as Resoluções nº 64/2014 e nº 34/2020 - CEPE/FURB;
- b) Fotocópia/digitalização da carteira de identidade ou equivalente de validade nacional com foto, passaporte com comprovação de Visto Permanente ou Registro Nacional Migratório (RNM), no caso de candidato estrangeiro;
- c) Fotocópia/digitalização do comprovante do pagamento da taxa de inscrição;
- d) Fotocópia/digitalização dos diplomas e do histórico escolar de graduação e de pós-graduação, devidamente registrados (frente e verso), nos termos do subitem 2.2.1 e seus subitens.

2.2.1 Poderão inscrever-se neste processo seletivo os candidatos portadores de diploma de Graduação, devidamente registrado, em Direito e, no mínimo, certificado de Pós-Graduação em nível de Especialização em Direito ou áreas afins.

2.2.1.1 O certificado de pós-graduação em nível de especialização deverá se enquadrar nos dispositivos estabelecidos na legislação educacional pertinente à pós-graduação *lato sensu*, determinada pelo Conselho Nacional de Educação (Resoluções CNE nº 01/2007 e Nº 07/2011 ou antecessoras) e/ou pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (Resolução CEE/SC nº 100/2011 ou antecessora).

2.2.1.2 O candidato portador de Pós-Graduação em nível de mestrado ou doutorado deverá, também, juntar cópia da folha de rosto e do resumo da dissertação ou tese.

2.2.1.3 O candidato portador de Pós-Graduação em nível de mestrado ou doutorado deverá comprovar ter obtido o título em programa recomendado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

2.2.1.4 O certificado ou diploma de Pós-Graduação poderá ser substituído por declaração, com validade de até 6 (seis) meses da inscrição, emitida pela instituição responsável pelo curso, constando que o candidato cumpriu todos os requisitos para outorga do grau e o prazo para expedição do diploma.

2.2.1.5 Os títulos acadêmicos obtidos no exterior serão aceitos se revalidados na forma da lei.

2.3. O candidato apresentará, no ato da inscrição, os documentos comprobatórios de títulos de valor acadêmico, relevantes para o processo de avaliação da prova de títulos, a saber:

- a) Fotocópia/digitalização do diploma (frente e verso) de pós-graduação e histórico escolar;
- b) Comprovante(s) de experiência no magistério superior na área do presente PSPS (especificar em anos, meses e dias).
- c) Comprovante(s) de experiência profissional na área objeto deste Processo Seletivo (especificar em anos, meses e dias).

3. DA INSCRIÇÃO

3.1 As inscrições serão realizadas nos dias **29 de julho a 04 de agosto de 2020**.

3.2 O candidato deverá requerer sua inscrição através do preenchimento, sem rasuras, da ficha de inscrição (ANEXO II), subscrita pelo próprio candidato ou por procurador devidamente habilitado.

3.3 As inscrições serão recebidas exclusivamente pela internet, através do e-mail dgdpcursos@furb.br, no período citado no item 3.1, não sendo aceitas inscrições recebidas após as 18h do último dia de inscrições.

3.4 O valor da taxa de inscrição é de R\$ 78,69, e deverá ser paga através do boleto disponível no link do Edital, conforme item 1.3, durante o período de inscrição, e não será devolvida sob nenhum argumento.

3.4.1 Antes de efetuar o recolhimento da taxa de inscrição, o candidato deverá certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos no presente edital, uma vez que em hipótese alguma haverá restituição do valor pago.

3.4.2 Ficará isento do pagamento da taxa de inscrição o candidato:

- a) doador de sangue que preencher os requisitos previstos na Lei Municipal nº 6.292, de 25/09/2003;
- b) desempregado que atender as condições previstas na Lei Complementar nº 967, de 29/01/2015;
- c) candidata doadora de leite materno, de acordo com a Lei Municipal nº 8469/2017, de 06/09/2017;
- d) candidato doador de medula óssea, de acordo com a Lei Municipal nº 8040/2014, de 23/10/2014;
- e) candidato que prestou serviços à Justiça Eleitoral, de acordo com a Lei Municipal nº 8795/2019, de 11/11/2019.

3.4.2.1 O candidato doador de sangue, para usufruir do benefício da isenção da taxa de inscrição, deverá comprovar, através de declaração da entidade coletora, ter realizado, no mínimo, duas doações nos últimos doze meses que antecedem a data da publicação deste edital, na internet.

3.4.2.2 A candidata doadora de leite materno, para usufruir do benefício de isenção da taxa de inscrição, deverá comprovar, através de declaração de órgão oficial ou entidade coletora credenciada, ter realizado no mínimo 3 (três) doações nos últimos doze meses que antecedem a data da publicação deste edital, na internet.

3.4.2.3 O candidato que prestou serviços à Justiça Eleitoral deverá comprovar, através de documento fornecido pela própria Justiça Eleitoral, a participação em duas eleições consecutivas anteriores à publicação do Edital, nos últimos 5 (cinco) anos.

3.4.2.4 O candidato ou seu procurador legalmente constituído poderá requerer, até **28/07/2020**, isenção do pagamento da taxa de inscrição, mediante requerimento (Anexo VI) protocolado através do e-mail dgdpcursos@furb.br até o horário limite de 18h, acompanhado da documentação prevista no mesmo anexo deste Edital.

3.4.2.5 A Chefe da Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas deliberará sobre o pedido de isenção com suporte na documentação apresentada pelo candidato e publicará no *link* correlato ao processo seletivo a relação dos pedidos deferidos e indeferidos até o dia **29/07/2020**.

3.4.2.6 O candidato cujo pedido de isenção for indeferido e desejar participar do processo seletivo deverá efetuar o pagamento do valor da taxa de inscrição até o dia da inscrição, conforme acima previsto.

3.5 No ato da inscrição o candidato poderá juntar documento comprobatório de solicitação para documentação, em áudio e vídeo, da prova didática.

3.6 O processo de inscrição somente será considerado integralmente instruído após a entrega de todos os documentos exigidos e atendidas todas as condições.

3.7 A declaração falsa ou inexata de dados constantes da ficha de inscrição, bem como a apresentação de documentos falsos ou graciosos, determinará o cancelamento da inscrição e a anulação de todos os atos decorrentes.

3.8 A relação das inscrições homologadas será publicada conforme informado no item 1.3, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, a contar do encerramento das inscrições.

3.9 Será homologada somente a inscrição que atender os requisitos exigidos no item 2.2 deste edital.

3.10 O candidato que não tiver a sua inscrição homologada poderá pedir reconsideração, devidamente fundamentada, à Chefe da Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, devendo protocolar seu pedido no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da data da publicação da homologação, através do e-mail dgdpcursos@furb.br.

3.11 A inscrição do candidato importa no conhecimento e na aceitação tácita das condições estabelecidas no presente edital.

4. DA INSCRIÇÃO PARA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

4.1 É considerada pessoa com deficiência a que se enquadra nas categorias descritas no inciso VIII do art.37 da Constituição Federal e na Lei N.º 7.853/89, e no Decreto nº 5.298, de 20 de dezembro de 1999, com as alterações introduzidas pelo Decreto n.º 5.296, de 2 de dezembro de 2004, desde que a sua deficiência seja compatível com as atribuições do cargo que concorre.

4.2 Em atendimento ao art. 7º, da Lei Municipal LC Nº 746/2010, a reserva corresponde a 10% (dez por cento) do número de vagas de cada cargo. O primeiro candidato classificado como pessoa com deficiência, será nomeado para assumir a 10ª vaga e assim, sucessivamente a cada 10 vagas. Os casos de cadastro de reserva, em que não há vaga definida seguem a mesma distribuição.

4.3 As pessoas com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas no Decreto Federal nº 3.298/99, particularmente em seu art. 40, bem como na Súmula 377 do STJ, participarão do PSPS em igualdade de condições com os demais candidatos, no que se refere ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao dia, horário e local de aplicação das provas e à nota mínima exigida para todos os demais candidatos.

4.3.1 O atendimento às condições especiais solicitadas para a realização das provas ficará sujeito à análise de razoabilidade do pedido, de acordo com o cargo pretendido.

4.4 No ato da inscrição, o candidato deverá declarar ser pessoa com deficiência, especificá-la, e indicar se deseja concorrer às vagas que eventualmente surgirem durante a validade do PSPS. Para tanto, deverá protocolar, durante o período de inscrições, através do e-mail dgdpcursos@furb.br, os documentos a seguir:

- a) Requerimento devidamente preenchido, conforme anexo VII deste edital;
- b) Laudo Médico (original e cópia) expedido no prazo máximo de 12 (doze) meses antes do término das inscrições, atestando a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Estatística Internacional de

Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), bem como a provável causa da deficiência, inclusive para assegurar previsão de adaptação da sua prova, informando, também, o seu nome, documento de identidade (RG) e número do CPF.

4.5 Os candidatos que, dentro do prazo do período das inscrições, não atenderem aos dispositivos mencionados no item 4.4 deste Edital serão considerados como pessoas sem deficiência, seja qual for o motivo alegado, bem como poderão não ter as condições especiais atendidas.

4.6 No ato de inscrição o candidato com deficiência declara estar ciente das atribuições do cargo para o qual pretende se inscrever, nos termos da Lei Complementar nº. 745/2010, de 19 de março de 2010, e que, no caso de vir a exercê-lo, estará sujeito à avaliação pelo desempenho dessas atribuições, para fins de prorrogação do contrato.

4.7 O candidato com deficiência que não realizar a inscrição conforme instruções constantes neste Edital não poderá interpor recurso em favor de sua situação.

4.8 O candidato com deficiência, se classificado além de figurar nas listas de classificação geral, terá seu nome constante nas listas específicas de candidatos com deficiência.

5. DA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO

5.1 As datas, horários e locais prováveis de realização do Processo Seletivo, são:

ETAPAS	DATA PROVÁVEL	HORÁRIO	LOCAL
Sorteio do tema da Prova Didática	10/08/2020	Ver item 6.3	Sorteio virtual
Prova Didática	11/08/2020	Ver item 6.1.1	Prova Virtual

6. DA PROVA DIDÁTICA

6.1 A prova didática poderá ser presencial ou virtual (videoconferência), sendo definida conforme item 5.1, e tem por objetivo apurar a capacidade do candidato quanto ao planejamento de aula, comunicação, metodologia e síntese, bem como seu conhecimento da matéria/disciplina, e constará de aula proferida em nível de graduação, no tempo mínimo de 30 (trinta) minutos e no máximo de 40 (quarenta) minutos.

6.1.1 Na situação de Prova Virtual, a confirmação da data de realização da Prova Didática assim como o horário de apresentação de cada candidato será informado na Homologação das Inscrições, e o link para acesso a Sala de Prova será enviado por e-mail à cada candidato, no e-mail informado na Ficha de Inscrição (Anexo II).

6.1.2 Para participar do PSPS, o candidato precisará:

6.1.2.1 Computador ou Notebook com algum dos seguintes navegadores de internet instalado: Internet Explorer 11; Microsoft Edge; a última versão do Google Chrome; a última versão do Mozilla Firefox;

6.1.2.2 Conexão estável com a Internet, com velocidade de 5 Mbps ou superior;

6.1.2.3 Para interação com a Banca Examinadora na prova didática será necessário ter instalado uma webcam com microfone e uma caixa de som ou fone de ouvido;

6.1.2.4 O candidato pode participar da Prova Didática utilizando a versão on-line do Aplicativo Teams, através do link para a sala de Prova recebido na homologação das inscrições, ou o aplicativo Teams pode ser instalado no Computador ou Notebook. A instalação está disponível em: <https://www.microsoft.com/pt-br/microsoft-365/microsoft-teams>. Ajuda Teams: bit.ly/furb-teams;

6.1.2.5 No momento da prova didática recomenda-se que o candidato restrinja o uso da conexão com a Internet para uso exclusivo da videoconferência. Isso ajuda a minimizar lentidão no vídeo e áudio;

6.1.2.6 Recomenda-se que o candidato mantenha seu computador ou notebook com o sistema operacional mais atualizado possível para minimizar problemas de incompatibilidade;

6.1.2.7 O candidato deverá acessar o link enviado por e-mail na data e horário divulgado na homologação das inscrições. A Banca Examinadora orientará o candidato a partir do ingresso na Sala de Prova;

6.2 Na situação de Prova Presencial o candidato deverá estar presente na data, local e horário informados no item 5.1.

6.3 O sorteio do tema constante da lista de temas relacionados no Anexo I, único para os candidatos inscritos, será feito em sessão pública, no dia citado no item 5.1, pelo presidente da banca examinadora ou por servidor da Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas, e será transmitido aos candidatos com inscrição homologada por videoconferência em horário e link fornecido na homologação das inscrições.

6.3.1 O candidato que não comparecer à sessão de sorteio do tema deverá se inteirar do resultado, por sua conta e risco. Até uma hora após o sorteio será disponibilizado no link do Edital, conforme item 1.3, link para acesso à gravação ou à digitalização da Ata do sorteio.

6.4 A ordem de apresentação da verificação da capacidade didática seguirá a mesma da inscrição dos candidatos, tanto na situação de Prova Presencial como na de Prova por Videoconferência.

6.4.1 Na situação de Prova Presencial, não é definido horário individual para cada candidato. As apresentações iniciam no horário definido no item 5.1 e acontecem em sequência, sendo desclassificado o candidato que não estiver presente no momento em que for chamado pela Banca Examinadora.

6.5 A prova didática não poderá ser interrompida e nem ser objeto de questionamento, pela banca examinadora, antes de o candidato tê-la concluído.

6.6 A banca examinadora poderá arguir o candidato por até dez (10) minutos, após a sua apresentação.

6.7 O candidato deverá elaborar o plano de aula e entregar cópia aos membros da banca examinadora, no início de sua apresentação, na situação de Prova Presencial e, quando na

situação de Prova por Videoconferência, o plano de aula deve ser enviado em formato de arquivo “.pdf”, aos membros da Banca Examinadora, até 15 minutos antes do início da sua Prova Didática, para os endereços de e-mail fornecidos com as demais informações constantes do item 6.1.1.

6.8 A prova didática não poderá ser assistida pelos candidatos concorrentes.

6.9 Na avaliação da prova didática cabe a cada um dos membros da banca examinadora atribuir a sua pontuação, na escala de 0 (zero) a 100 (cem), de acordo com os critérios estabelecidos no ANEXO IV deste edital. A pontuação final da prova didática será a média aritmética dos pontos atribuídos pelos membros da banca examinadora.

6.10 Será considerado desclassificado o candidato que:

6.10.1 obtiver, na prova didática, pontuação final inferior a 75 (setenta e cinco);

6.10.2 não satisfizer a quaisquer das exigências do edital;

6.10.3 não apresentar o plano de aula no ato da aula.

7. DA PROVA DE TÍTULOS

7.1 A avaliação dos títulos deverá ser realizada pela banca examinadora com base nos comprovantes entregues pelo candidato no ato da inscrição, observada a atribuição de pontuação de acordo com o Anexo III deste edital.

8. DA PONTUAÇÃO FINAL

8.1 A pontuação final atribuída a cada candidato é a média ponderada, resultante da pontuação final da prova didática, com peso 6 (seis), e da prova de títulos, com peso 4 (quatro).

8.2 Caso se apresente um único candidato neste Processo Seletivo, a banca examinadora deverá exarar, em ata, apenas as seguintes informações:

a) condições do candidato quanto à titulação e às exigências do edital;

b) pontuação obtida na prova didática;

c) aprovação ou não do candidato.

8.3 Em caso de empate na pontuação final, a ordem de classificação deverá observar o estabelecido no Art. 24, § 2º da Resolução nº 64/2014, de 7 de novembro de 2014.

8.4 Os resultados finais serão homologados pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Médio e Profissionalizante e publicados por meio de Portaria, conforme previsto no item 1.3.

8.5 Contra os resultados finais do Processo Seletivo Público e Simplificado poderá ser apresentado pedido de reconsideração, no prazo de 2 (dois) dias da publicação dos resultados.

8.5.1 O pedido de reconsideração deverá ser formalizado e firmado pelo candidato ou procurador devidamente habilitado à Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas – DGDP, através do e-mail dgdpcursos@furb.br até o horário limite de 18h, que, se

tempestivo, o encaminhará à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação, Médio e Profissionalizante para decisão.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 A aprovação no processo seletivo objeto do presente edital não garante ao(s) classificado(s) o aproveitamento automático, mas garante-lhe(s), apenas, a expectativa do direito de admissão dentro da ordem classificatória, atendendo às situações emergenciais, ficando a concretização desse ato condicionada à observância das normas da Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB.

9.2 A jornada semanal de trabalho dependerá das horas disponíveis de acordo com as necessidades do Departamento de lotação, para atuar na área temática e/ou disciplina(s) objeto deste Processo Seletivo.

9.3 A remuneração será de R\$ 39,63 (trinta e nove reais e sessenta e três centavos) por hora/aula, acrescida de 1/6 (um sexto) para fins de cobertura do repouso semanal remunerado, ficando convencionado que, para efeitos exclusivos de cálculo de remuneração, considerar-se-á cada mês constituído de 4,5 (quatro vírgula cinco) semanas.

9.4 Os candidatos considerados habilitados no processo seletivo poderão ser contratados para exercer o magistério em caráter temporário, nos casos excepcionais previstos nas Leis Municipais n°s 7564, de 9 de setembro de 2010, e 7731, de 7 de março de 2012, por contrato de vínculo pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Os candidatos contratados terão vinculação previdenciária pelo Regime Geral da Previdência Social – INSS.

9.5 Será exigida do candidato contratado a disponibilidade de horário, que deverá ser compatível com as necessidades da FURB. Neste aspecto serão observadas as normas legais referentes à acumulação de cargos, empregos e funções públicas.

9.6 O prazo de validade deste processo seletivo para contratação de professor em caráter temporário será de 2 (dois) anos. As contratações em caráter temporário se darão por prazo determinado, atendidos os termos do art. 4º da Lei n° 7.564, de 09 de setembro de 2010, do Município de Blumenau.

Blumenau, 15 de julho de 2020.

Gilmara Zimdars

Chefe da Divisão de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO
DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

EDITAL N° 019/2020

Área Temática: Direito da Infância, Juventude e Idoso, do **Departamento de Direito**, do **Centro de Ciências Jurídicas**

ANEXO I

TEMAS PARA PROVA DIDÁTICA:

1. Abrangência da doutrina da proteção Integral. Características das Medidas socioeducativas.
2. Prevenção: política de atendimento e medidas de proteção. Da prática de ato infracional: instituições do Sistema de Garantias, Poder Judiciário e Ministério Público.
3. Perspectiva constitucional e dos direitos humanos sobre a criança e o adolescente. Estatuto da Criança e do Adolescente: principiologia e especificidades. Particularidades do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e os direitos fundamentais.
4. Apuração do ato infracional à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
5. Perspectivas do atendimento à criança e ao adolescente ante o sistema de garantias do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
6. Conselho Tutelar: autonomia, atribuições e competência.
7. Perspectivas dos Princípios da Descentralização, da Municipalização e da Participação, ante a Política de Atendimento à criança e ao adolescente.
8. As entidades de atendimento à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
9. O direito do adolescente à profissionalização e ao trabalho à luz do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).
10. Dimensões das medidas específicas de proteção no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

BANCA EXAMINADORA:

Presidente: Feliciano Alcides Dias

Titular: Leonardo Beduschi

Titular: Priscila Zeni de Sá

Suplente: Helena Maria Zanetti de Azeredo Orselli

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO
DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

EDITAL N° 019/2020

Área Temática: Direito da Infância, Juventude e Idoso, do Departamento de Direito, do Centro de Ciências Jurídicas

ANEXO II
FICHA DE INSCRIÇÃO

1. Nome:
2. Data Nascimento: / / Naturalidade:.....UF.....
3. Filiação:
4. Endereço:
- CEP: Cidade: UF:
- Telefone(s): e-mail:

Preenchimento pelo(a) Candidato(a)

5. DOCUMENTOS PARA COMPROVAÇÃO DAS CONDIÇÕES PARA INSCRIÇÃO (item 2.2 do Edital)

- 5.1 Fotocópia da cédula de identidade ou de documento equivalente;
- 5.2 Fotocópia do comprovante do pagamento da taxa de inscrição;
- 5.3 Fotocópia do diploma de **Graduação** devidamente registrado e Histórico Escolar em
- 5.4 Fotocópia do Histórico Escolar e do certificado/diploma de conclusão de curso de **Pós-Graduação**, em nível de
- Especialização** em
- Mestrado** em
- Fotocópia da folha de rosto e do resumo da dissertação de mestrado.
- Doutorado** em
- Fotocópia da folha de rosto e do resumo da tese de doutorado.

DOCUMENTOS PARA PONTUAÇÃO DA PROVA DE TÍTULOS (item 2.3 do edital)

DECLARO, PARA OS DEVIDOS FINS, QUE TENHO CONHECIMENTO E ACEITO AS NORMAS RELATIVAS AO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO CONSTANTES DO PRESENTE EDITAL E DAS RESOLUÇÕES N° 64/2014 E 34/2020.

DECLARO, AINDA, ESTAR CIENTE QUE A CONTRATAÇÃO PARA EXERCER O MAGISTÉRIO É EM CARÁTER TEMPORÁRIO, QUANDO OCORRER VAGA, NOS CASOS EXCEPCIONAIS PREVISTOS EM LEI.

Local e Data: _____

Rubrica e Carimbo/DGGP/FURB

.....
 (Assinatura Candidato ou Procurador)

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

**PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO
DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

EDITAL N° 019/2020

Área Temática: Direito da Infância, Juventude e Idoso, do **Departamento de Direito**, do **Centro de Ciências Jurídicas**

ANEXO III

PROVA DE TÍTULOS – PONTUAÇÃO (Anexo I da Resolução nº 64/2014)

CATEGORIAS	PONTOS
I-FORMAÇÃO ACADÊMICA	
Especialização	10
Mestrado	30
Doutorado	50
II- ATIVIDADES PROFISSIONAIS	
Ensino na graduação e na disciplina objeto deste PSPS/por ano	3 por ano (máximo 30 pontos)
Outras atividades profissionais na área objeto do PSPS/por ano	2 por ano (máximo 20 pontos)
TOTAL DE PONTOS OBTIDOS	

OBSERVAÇÕES:

1. Não é cumulativa a pontuação na formação acadêmica em diferentes níveis. Deve ser considerada apenas a pontuação referente à maior titulação.
2. Não é cumulativa a pontuação de mais de uma formação acadêmica no mesmo nível.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO
DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

EDITAL Nº 019/2020

Área Temática: Direito da Infância, Juventude e Idoso, do Departamento de Direito, do Centro de Ciências Jurídicas

ANEXO IV

PROVA DIDÁTICA
FICHA DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO CANDIDATO
(Anexo II da Resolução nº 34/2020)

ASPECTOS A CONSIDERAR	PONTOS
I. PLANO DE AULA - APRESENTOU: () Sim () Não OBSERVAR: * Objetivos * Conteúdos * Procedimentos Metodológicos * Avaliação (Instrumentos e Critérios) * Referencial Teórico	
II. EXECUÇÃO DA AULA – TRABALHOU O TEMA: () Sim () Não OBSERVAR: * Introdução * Desenvolvimento * Organização e sequência do conteúdo * Aproveitamento do tempo * Fechamento	
III. MANEJO OBSERVAR: * Clareza na comunicação * Postura e movimento * Habilidade no uso dos recursos * Domínio de conteúdo * Cumprimento do horário (no mínimo 30 e no máximo 40 minutos)	
PONTUAÇÃO FINAL	
Considerações relativas ao desempenho do candidato:	

1. Caberá a cada membro da Banca Examinadora atribuir pontuação de 0 a 100, a cada um dos três aspectos e justificar a pontuação no campo “Considerações relativas aos desempenho do candidato”.
A pontuação final será a média aritmética simples dos três aspectos.
2. Anexar o Plano de Aula entregue pelo(a) Candidato(a).

Professor(a) Avaliador(a)	Assinatura:
	Nome:

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO
DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

EDITAL N° 019/2020

Área Temática: Direito da Infância, Juventude e Idoso, do **Departamento de Direito**, do **Centro de Ciências Jurídicas**

ANEXO V

PLANO DE AULA

Data: _____ Candidato: _____

Assunto (Tema): _____

Objetivos Específicos	Conteúdos	Procedimentos Metodológicos	Recursos Didáticos	Cronologia	Instrumentos e Critérios de Avaliação

Referências _____

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO
DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO**

EDITAL N° 019/2020

Área Temática: Direito da Infância, Juventude e Idoso, do Departamento de Direito, do Centro de Ciências Jurídicas

ANEXO VI

REQUERIMENTO DE ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

_____, portador (a) do CPF nº _____, candidato ao presente Processo Seletivo para contratação de professor em caráter temporário da Fundação Universidade Regional de Blumenau, requer isenção do pagamento da taxa de inscrição, nos termos do item 3.4.2 do Edital.

Candidato doador de sangue

Deve acompanhar este requerimento o seguinte documento:

- declaração da entidade em que foram realizadas as doações certificando as datas em que elas ocorreram.

Candidato desempregado

Devem acompanhar este requerimento os seguintes documentos:

- comprovação de inscrição no CadÚnico (Decreto nº 6.135 de 26 de junho de 2007);
- cópia e original da Carteira de Trabalho e Previdência Social (cópia da identificação, do último registro e página seguinte);
- declaração firmada de que não possui outra fonte de renda;
- cópia do comprovante de residência, acompanhado da via original (em nome do requerente ou com declaração do titular do comprovante).

Candidata doadora de leite materno

Deve acompanhar este requerimento o seguinte documento:

- comprovação da condição de doadora de leite materno que deverá ser expedido por órgão oficial ou entidade credenciada coletora, discriminando o número e as correspondentes datas em que foram realizadas as doações.

Candidato doador de medula óssea

Deve acompanhar este requerimento o seguinte documento:

- declaração da entidade comprovando inscrição no REDOME - Registro Nacional de Doadores de Medula Óssea, instalado no INCA - Instituto Nacional do Câncer.

Candidato que prestou serviços à Justiça Eleitoral

Deve acompanhar este requerimento o seguinte documento:

- declaração da Justiça Eleitoral de que o candidato trabalhou em duas eleições consecutivas, anteriores à publicação do Edital, e no período máximo de 5 anos.

Local e data: _____

Assinatura do candidato (a)

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO
DE PROFESSOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO

EDITAL Nº 019/2020

Área Temática: Direito da Infância, Juventude e Idoso, do Departamento de Direito, do Centro de Ciências Jurídicas

ANEXO VII

REQUERIMENTO DE VAGA PARA CANDIDATO COM DEFICIÊNCIA

_____, portador (a) do CPF nº _____, RG nº _____, vem requerer vaga especial para candidato com deficiência, nos termos do **item 4** do respectivo Edital. Para tanto, anexa LAUDO MÉDICO com a respectiva Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), no qual constam os seguintes dados:

Tipo de deficiência de que é portador:

Código correspondente da (CID):

Nome e CRM do Médico responsável pelo laudo:

Local e data: _____

Assinatura do candidato (a)

Observações:

a) Ao assinar este requerimento, o candidato declara concordar com o enquadramento de sua situação, nos termos do Decreto Federal n. 3.298/1999, especialmente no que concerne ao conteúdo do **item 4** deste Edital, sujeitando-se à perda dos direitos requeridos em caso de não homologação de sua situação pela Equipe Multidisciplinar.